

“Nós pega o peixe?”

20/05/2011

Maria Clara Lucchetti Bingemer
professora do Departamento de Teologia da PUC-Rio

Sinceramente, como professora, a notícia me deu um verdadeiro choque. Ao saber que o Ministério da Educação distribuiu a quase 500 mil estudantes do ensino fundamental e médio um livro que afirma não haver problema incorporar a linguagem popular, mesmo incorreta, na língua portuguesa, senti-me triste e desanimada.

Posso perfeitamente concordar em que não se deve discriminar quem fala de forma diferente de nós. Sobretudo quando essa diferença se deve ao fato de que tal pessoa não frequentou os bancos da escola e vive em um meio onde essa forma de falar é usual. Posso até concordar com a distinção entre “errado” e “inadequado” e entre “certo” e “adequado”.

Já participei de muitas reuniões de pastoral com comunidades populares, onde a fala popular é considerada e valorizada dentro do conjunto do evento. E pude apreciar falas cheias de sabedoria e profundidade ainda que dentro de formas incorretas de expressar-se. Eram falas, sim, “adequadas” à situação e ao ambiente no qual ocorriam. Jamais pensaria que alguém - mesmo o assessor ou o coordenador da reunião - devesse levantar-se e corrigir a pessoa que assim se expressava. Isso seria uma demonstração de preconceito, sem dúvida alguma.

Concordaria, igualmente, em que um artista ou escritor pudesse compor uma canção ou escrever um conto ou um livro usando expressões populares que seriam incorretas desde o ponto de vista formal ou colocando-as em boca de seus personagens ou mesmo inventando neologismos que não existem no dicionário. A escrita magistral de Guimarães Rosa, a poesia de Adélia Prado, os sambas de Adoniran Barbosa entre outros exemplificam bem o que tento dizer.

No entanto, aqui e agora, trata-se de outra coisa. É em um livro didático, distribuído pelo órgão governamental que deve cuidar do aprendizado da língua portuguesa falada no Brasil que se faz a defesa da linguagem incorreta. E se legitima expressões erradas como certas, ensinando distorcidamente aos jovens que vão à escola e usam o livro para aprender a falar e escrever corretamente. Não estamos diante de inadequação, mas sim de erro. Não estamos em um ambiente de uma reunião de pastoral ou de movimento popular, onde todos têm o direito de expressar-se como sabem e como podem. Nosso assunto é educação, é ensino, é iniciação do aluno à língua de seu país e de seu povo.

Não me parece que tal prática ajude o estudante. Ao contrário, dá-me a impressão de que confirma sua ignorância, sua exclusão do falar correto, sua situação de inferioridade frente aqueles que dominam o instrumental linguístico. Certamente a intenção da autora não é esta, nem muito menos a do Ministério da Educação, ao admitir o livro e distribuí-lo oficialmente. Entretanto, parece-me que infelizmente é isso que conseguem, afinal de contas.

Dá-me a impressão de estarmos, aqui, diante de uma posição basista, anti-intelectual, que qualifica o errado como certo e desqualifica o correto como elitista. Distorce, assim, a evidência objetiva do código que utilizamos para expressar-nos e que constitui o salvo-conduto primeiro da comunicação entre os cidadãos de um mesmo grupo linguístico.

Pois, se isso fosse a atitude a tomar, por que enviamos nossos filhos à logopedista ou à fonoaudióloga quando apresentam dislexia na escola? Ou por que nós, professores, nos debruçamos sobre os trabalhos escritos de nossos alunos e ali gastamos horas corrigindo cada erro gramatical? Trata-se de serviço indispensável, a meu ver, na missão de um professor. Mesmo no ensino superior. Que dirá no ensino fundamental e médio, onde crianças e jovens estão entrando apenas em relação com a língua e necessitam dominar seus sinais e códigos.

Com todo respeito e sem nenhum sentimento de superioridade e arrogância.

“Nós pega o peixe” não dá. Se a educação já é o problema número 1 do Brasil com vistas a seu futuro, se os responsáveis por ela começarem a ensinar a escrever e falar errado, onde vamos parar? “Nós pegamos o peixe”, assim como “dois mais dois são quatro” e não cinco, como bem lembrou a acadêmica Ana Maria Machado.